“Deixem-me trabalhar”. Autarcas de fronteira emitem novo pedido de ajuda para trabalhadores transfronteiriços

A Ponte Internacional que liga Monção e Salvaterra do Miño foi palco, esta manhã, da segunda ação de protesto pela reabertura de mais pontos de passagem entre Portugal e Espanha, dinamizada pelos presidentes dos 12 municípios portugueses e galegos banhados pelo rio Minho. Dois trabalhadores transfronteiriços marcaram presença para testemunhar o impacto do fecho de fronteiras no seu dia a dia, exibindo cartazes com a frase **“Deixem-me trabalhar”**.

O Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT Rio Minho) sublinhou que *“estas duas pessoas simbolizam tudo aquilo pelo que os autarcas andam a reivindicar. Não se trata de abrir fronteiras de uma forma generalizada para o turismo, mas sim de algo mais justo e preocupante que é os trabalhadores transfronteiriços fazerem uma vida normal. O que está em causa é a colocação de meios para controlar a abertura de mais pontos de passagem”.*

Sublinhando que a ponte *“é uma rua que atravessa o rio Minho, e na qual passam, diariamente, 10 mil carros”*, o Presidente da Câmara Municipal de Monção alertou para o facto de *“os trabalhadores transfronteiriços estarem a sofrer efeitos económicos e pessoais há muitos meses”*. E acrescentou: *“Somos pequenos, somos poucos, mas somos gente. Queremos sobreviver, é já do que se trata. Há já muitos pedidos de ajuda, há pobreza encapotada, a economia está a definhar e o que se pede aos Governos é que ajudem a fronteira, ajudem os povos de*

ambos os lados”.

Cecília Puga, cabeleireira galega com salão em Melgaço há 19 anos, fazia uma viagem casa/trabalho de apenas seis minutos. Com o fecho de fronteiras devido à pandemia Covid-19, a empresária vê-se obrigada a percorrer cerca de 160 kms por dia, tendo de passar no único ponto de passagem aberto nesta orla ribeirinha, em Valença–Tuy, além de demorar muito mais tempo. *“Na semana passada, o SEF não validou a minha declaração e tive de ir a Vigo fazer novo reconhecimento, tendo demorado cinco horas a chegar ao meu posto de trabalho. É uma injustiça”*, disse.

Por sua vez, Vítor Domingues, referiu que, em 22 anos de feirante, na semana passada foi *“a primeira vez que não abriu a caixa, não faturando um cêntimo”.* Presença habitual nas feiras entre Melgaço e Caminha, o feirante que ostentava um cartaz com **“Deixem-me trabalhar”**, afirmou que esta situação está a provocar *“um colapso económico total na raia”* e o que se pede é que *“os governos olhem para o Norte de Portugal e a Galiza”*.

No final ficou a garantia de que, se nada for feito, esta reivindicação vai prosseguir noutras travessias que flexibilizam as milenares relações entre o Norte de Portugal e a Galiza.

De relembrar que a primeira ação de protesto conjunta dos autarcas dos dois lados do rio Minho aconteceu, na passada quarta-feira, 3 de junho, na Ponte internacional da Amizade, que liga Vila nova de Cerveira e Tomiño.

Autarcas lançam pedido de "SOS" aos Governos de Portugal e Espanha para flexibilizar passagem de trabalhadores transfronteiriços

Os presidentes de 12 municípios portugueses e galegos banhados pelo rio Minho reivindicaram, ontem, a reabertura de mais pontos de passagem entre Portugal e Espanha nesta orla ribeirinha para colmatar as inúmeras dificuldades vividas por milhares de trabalhadores transfronteiriços, assim como pedem uma abertura gradual das fronteiras para flexibilizar passagem de trabalhadores transfronteiriços e salvar uma economia

transfronteiriça *“que está a morrer”*. Numa ação concertada pelo Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT Rio Minho), os autarcas representantes de cerca de 150 mil habitantes exibiram a palavra “SOS” em plena Ponte Internacional da Amizade (Cerveira-Tomiño), transmitindo a ambos os governos uma mensagem de asfixia económico-social.

O AECT Rio Minho sublinhou a *“enorme injustiça”* sentida por estas populações, colocando *“a fronteira mais dinâmica de toda a Europa”* dependente de *“um funil”* em Valença-Tui, referindo-se ao único ponto de passagem autorizado pelos governos. *“Estamos a assistir a graves prejuízos financeiros e de desgaste emocional entre os trabalhadores transfronteiriços, que são obrigados a fazer centenas de quilómetros diários a mais, com custos acrescidos”*, adiantando que *“é necessário olhar com a devida atenção para a singularidade deste território transfronteiriço”.*

O vice-presidente do agrupamento territorial e presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira reiterou que, de

entre as 64 fronteiras existentes entre Portugal e Espanha, das cinco mais movimentadas, três estão nesta região (Valença–Tui, Monção–Salvaterra e Cerveira–Tomiño) *"por onde passam metade, ou mais, da circulação rodoviária entre os dois países". "Não estamos a querer facilitar em termos de saúde pública e de segurança, mas é possível a abertura de mais pontos de passagem mediante um reforço da vigilância e controle policial e das condições sanitárias, tal como se faz entre Valença-Tui. Se tivermos mais pontos, há a garantia de maior segurança pois evitam-se filas intermináveis e grandes concentrações num único ponto".*

Fernando Nogueira deu o exemplo concreto da Zona Industrial de Vila Nova de Cerveira, *"com 4.000 trabalhadores, dos quais 20% são oriundos da Galiza e que estão a ser alvo de impactos catastróficos no seu dia a dia, além de uma economia que, de um modo generalizado está a morrer. Quanto mais se prorroga esta situação mais difícil será a sua retoma normal". "Nunca, nem nos tempos de ditadura, como Portugal e Espanha viveram há uns anos, se 'construiu' este Muro de Berlim. Os portugueses não vivem sem os galegos, e vice-versa, pois esta é uma verdade milenar"*, assegurou.

Questionados sobre a situação epidemiológica como motivo para os governos centrais de Portugal e Espanha manterem as fronteiras fechadas, ambos os representantes foram unânimes na resposta, classificando-a de *"falso argumento"*. Úxio Benitez assegura que a situação sanitária da Galiza *"não é, nem nunca foi da mesma dimensão do que em Madrid"* e que, neste momento, é muito semelhante, *"com uma evolução muito favorável, com a existência de poucos novos casos quer no Alto Minho quer na Galiza",* corroborou Fernando Nogueira.

A mensagem SOS exibida em letras grandes procurou chamar a atenção dos governos de Portugal e Espanha, solicitando *"no mínimo, uma resposta plausível"*, pois os autarcas transfronteiriços consideram que, até ao momento, *"ambos os governos não têm ajudado a superar esta crise nas fronteiras"*.

Na sequência desta ação simbólica de protesto, e se não houver resposta por parte dos governos, o AECT Rio Minho admite continuar com iniciativas semelhantes noutras fronteiras do rio Minho para flexibilizar passagem de trabalhadores transfronteiriços, assim como os autarcas ponderam não assinar o Auto de Reconhecimento de Fronteiras, um ato simbólico no qual os dois lados se juntam anualmente, e há mais de um século, para formalizar a assinatura de um documento.

Constituído em fevereiro de 2018 e com sede em Valença, o AECT Rio Minho abrange um total de 26 concelhos: os 10 municípios do distrito de Viana do Castelo que compõe a CIM do Alto Minho e 16 concelhos galegos da província de Pontevedra. Nesta ação de protesto estiveram presentes 12 autarcas representantes dos municípios mais ribeirinhos e mais afetados por este fecho de fronteiras terrestres, em vigor desde as 23h00 do dia 16 de março, devido à pandemia de Covid-19.